

Design pedagógico para autistas nos institutos federais: estruturas e métodos

Julia Medeiros Escafura

Instituto Federal Fluminense Campus Campos Centro
<https://lattes.cnpq.br/7022839805037147>
julia.escafura@gsuite.iff.edu.br

Leandro do Nascimento Vieira

Instituto Federal Fluminense Campus Campos Centro
l.nascimento@gsuite.iff.edu.br

Resumo

Este estudo discute a aplicação de estratégias de design pedagógico no contexto do ensino superior brasileiro, com foco na experiência de institutos federais. Apesar da existência de legislações como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, ainda persistem barreiras estruturais e metodológicas, como práticas pedagógicas inadequadas, ausência de rotinas acessíveis e despreparo docente. Tais falhas no ambiente universitário resultam em sobrecarga emocional e evasão acadêmica. Propõe-se o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta de projeto educacional centrado no estudante, alinhada aos princípios do design instrucional voltado à diversidade cognitiva. Como referência, é analisado o modelo francês, que integra o PEI de forma sistêmica e transversal ao longo da vida. A pesquisa evidencia a urgência de se repensar o design instrucional do ensino superior para promover acessibilidade, permanência e equidade educacional.

Palavras-chave

Design Educacional; Autismo; Ensino Superior

Pedagogical Design for Autistic Students in Federal Institutes: Structures and Methods

Abstract

This study discusses the application of pedagogical design strategies within the context of Brazilian higher education, focusing on the experience of federal institutes. Despite the existence of legislation such as the Brazilian Law of Inclusion and the National Policy for the Protection of the Rights of Persons with Autism Spectrum Disorder, structural and methodological barriers still persist, including inadequate pedagogical practices, lack of accessible routines, and unprepared faculty. These shortcomings in the university environment lead to emotional overload and academic dropout. The study proposes the use of the Individualized Educational Plan (IEP) as a student-centered educational design tool, aligned with instructional design principles aimed at cognitive diversity. As a reference, the French model is analyzed, which integrates the IEP in a systemic and transversal way throughout life. The research highlights the urgency of rethinking instructional design in higher education to promote accessibility, retention, and educational equity.

Keywords

Educational Design; Autism; Higher Education

Introdução

Apesar dos avanços da conscientização de transtornos psicológicos e deficiências, o ensino superior brasileiro ainda apresenta falhas na efetividade da inclusão de autistas no ensino superior. Embora seja, em teoria, um direito garantido, pouco se fala sobre a falta de práticas institucionais para se adaptar às necessidades cognitivas de cada indivíduo. A realidade expõe uma contradição no discurso de inclusão e sua aplicação correta, afetando aqueles que precisam de cuidados especiais para uma boa experiência acadêmica. Assim, é necessário compreender quais são as falhas no sistema educacional, como impactam o estudante neurodivergente, por que é necessário repensar o ensino superior e como abordar a diversidade cognitiva no meio universitário com ações inclusivas, estruturas condizentes e diferentes métodos pedagógicos, projetados por meio de um design educacional centrado no estudante.

Metodologia

A pesquisa se caracteriza como bibliográfica exploratória, realizada com base nos procedimentos metodológicos apresentados por Moreira e Caleffe, no livro Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador (2008). O procedimento consistiu na busca e análise de artigos científicos, resumos, legislações e outros materiais pertinentes sobre o tema de autistas no ensino superior, contendo experiências, análises e pesquisas que nos permitissem compreender a situação desses estudantes. O foco esteve na investigação de quais direitos são assegurados por lei, quais estão sendo efetivamente respeitados, além de discutir a importância e a urgência de adequar o ensino superior às necessidades das pessoas neurodivergentes. Sendo uma pesquisa em andamento, foi realizada uma análise preliminar do problema, através de publicações científicas encontradas, aspectos como a satisfação dos estudantes neurodivergentes com o ensino superior, as dificuldades que enfrentam, os fatores que os afetam, as causas dessas dificuldades, bem como se as instituições de ensino e núcleos de apoio respeitam ou não os direitos desses estudantes e se atuam efetivamente para apoiá-los. Futuramente, prevê-se a análise de bases do design instrucional aplicado e da ergonomia cognitiva, aplicadas no contexto acadêmico para universitários com autismo, visando identificar soluções práticas para aprimorar a experiência acadêmica, tornando-a mais adequada para o transtorno do espectro autista.

Análise da Estrutura Universitária

A presença e inclusão de universitários neurodivergentes tem sido alvo de discussão na área da educação brasileira, exigindo uma atenção maior das instituições para conseguir acolher esses indivíduos e adaptar o ambiente universitário às suas necessidades. “A crescente presença de acadêmicos neurodivergentes, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Dislexia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), nas universidades, levanta questões sobre suas necessidades específicas.” (Costa *et al.*, 2024, p. 1). As práticas de ensino aprendizagem no nível superior tem urgências ligadas à atualização de como trabalhar conteúdos tão específicos para públicos da mesma forma, também específicos. “A inclusão desses estudantes no ensino superior é respaldada pela Lei 12.764/2012, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei no 13.145/2015) e a Lei 13.977/2020, que garantem acessibilidade e apoio.” (Costa *et al.*, 2024, p. 1). Apesar dos respaldos legais, poucas instituições de ensino superior, de fato, incluem esses estudantes, principalmente pela ausência de ações diretas, que seriam as iniciativas efetivas e planejadas tendo implementação prática, utilizando bases do design inclusivo. Muitos professores sequer sabem como lidar ou se adaptar à neurodiversidade.

É preciso um esforço ativo para criar um ambiente educacional onde esses alunos possam realmente participar, aprender e se desenvolver. Além da promoção do ingresso no ensino superior, é imprescindível que as instituições de ensino superior implementem políticas públicas que garantam o acesso, a igualdade de oportunidades e o suporte necessário à integração desses estudantes, criando um ambiente acadêmico mais acolhedor e diversificado. (Silva *et al.*, 2025, p. 678)

Essa realidade exige uma revisão do design institucional adotado pelas universidades, no que diz respeito à inclusão efetiva de estudantes neurodivergentes e com isso, escolheu-se a rede de institutos federais para uma breve abordagem sobre o tema. Uma das questões mais importantes de serem adaptadas é o desenvolvimento social que é exigido do discente, seja ele neuroatípico ou não. Os estudantes e todas suas habilidades inerentes agora se encontram segmentados, aos olhos docentes, como públicos neurotípicos ou públicos neurodivergentes, o que faz com que um zelo maior por todas as formas de assimilação, seja algo premente. “Um processo de adaptação ao ensino superior exige que estudantes desenvolvam novos comportamentos, conhecimentos e habilidades para se ajustarem a novos padrões de convivência e demandas acadêmicas” (Silva *et al.*, 2025, p. 677). No caso de universitários neurodivergentes, esse processo se torna mais complexo devido aos seus perfis cognitivos, que divergem do que é aceito como senso comum. Suas interações sociais podem ser comprometidas pela falta de compreensão dessas individualidades, o que pode levar a estresse, desregulação emocional, ansiedade e desorganização, afetando diretamente a sua permanência (Costa *et al.* 2024).

A análise detalhada dos resultados destacou não apenas os desafios enfrentados pelos estudantes, mas também as estratégias promissoras implementadas por algumas instituições para melhorar a inclusão e o sucesso acadêmico desses indivíduos. Os achados desta revisão enfatizam a necessidade premente de políticas educacionais mais abrangentes e adaptativas que não apenas reconheçam, mas também apoiem de forma eficaz os estudantes neurodivergentes no ensino superior. (Costa *et al.*, 2024, p. 2)

A Lei 12.764/2012 diz: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito

a acompanhante especializado.”. A presença de certos profissionais para fornecer mediação entre o professor e o estudante é promissora, mas ainda insuficiente, considerando a diversidade de necessidades particulares entre os perfis estudantis. Para isso, a universidade precisaria investir em suporte contínuo e individualizado, além de profissionais como designer instrucional. “Tais políticas devem também estimular práticas pedagógicas flexíveis e centradas no estudante, assegurando sua permanência e a conclusão do curso superior.” (Silva *et al.* 2025, p. 678).

Além disso, é imperativo que tais metodologias façam parte da estrutura da instituição como um todo, envolvendo a formação de docentes e não se limitando apenas às demandas para o estudante atípico (neurodivergente), incluindo também o design educacional. Dessa forma, a cultura institucional construirá um âmbito acadêmico compatível com a neurodiversidade. Silva *et al.* alega que:

A promoção de ambientes universitários que valorizem a diversidade cognitiva, aliada ao treinamento de professores e ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas sensíveis às necessidades de estudantes neurodivergentes, é fundamental para garantir igualdade de oportunidades e sucesso acadêmico. (2025, p. 705).

Uma análise do ponto de vista de universitários atípicos é essencial para compreender suas dificuldades e os pontos fortes que podem ser encontrados enquanto alunos. Barbosa e Gomes (2019) relataram a visão de uma aluna universitária autista que foi marcada por grande ansiedade devido a falta de rotina e consistência, além da necessidade de desenvolvimento social. A estudante, apresentada como S1, relata:

Eu sofri bastante com ansiedade porque, na universidade, não há muito padrão em relação ao que esperar das aulas, cada professor tem métodos completamente diferentes um do outro [...]. Diferentemente do ensino médio e fundamental, o objetivo “tirar notas altas” não é mais o único que você deve se preocupar em alcançar. [...] Sempre há novas cobranças sendo feitas e há um pouco de jogo social no meio disso porque você precisa conquistar alguns professores para ter acesso a certas oportunidades. Todas essas coisas são exaustivas. (Barbosa e Gomes, 2019, p. 5).

A imprevisibilidade na rotina, algo que é normal entre neurotípicos, pode ser perturbador para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), onde o dia a dia linear, previsível, é essencial para a adaptação. O testemunho anterior apresenta uma necessidade de pensar na inclusão como um planejamento formal e responsável para permanecer em uma constância educacional no ensino superior e no design educacional.

Além da inconstância da rotina, foi comunicado pela mesma estudante S1 que, apesar de existirem serviços de apoio para estudantes neurodivergentes, não há um auxílio apropriado. “Eu tentei recorrer a eles em uma ocasião de adaptação avaliativa e eles só me disseram para procurar a coordenação do meu curso, o que fez com que eu tivesse que constantemente comunicar minhas necessidades aos meus professores e gastar energia social.” (Barbosa e Gomes, 2019, p. 8). Essa convivência prática evidencia a falta de comunicação e integração até mesmo entre os setores de uma instituição. Com isso, o discente, que deveria receber mediação, acaba com uma carga extra de responsabilidade onde ele fica com todo o trabalho de buscar e cobrar adaptações, reforçando que a inclusão não é praticada e que muitos núcleos de acessibilidade são ineficazes, além da falta de planejamento de um design ergonômico cognitivo para a experiência escolar.

Essas dificuldades apresentadas comprometem diretamente na permanência acadêmica, aumentando os índices de evasão desse público no âmbito acadêmico. A Lei no 13.146/2015, Art. 4º diz: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.” A ausência de práticas realmente inclusivas, imprevisibilidade na rotina universitária e negligência e má atuação de núcleos de acessibilidade tornam o percurso acadêmico do estudante neurodivergente instável e sobrecarregado, tornando o ensino superior inviável para certos indivíduos.

Ciantelli e Leite (2024) analisaram que o sucesso acadêmico está relacionado com essa capacidade de enfrentar barreiras cognitivas, institucionais e sociais. As autoras ressaltam que “[...] instituições de ensino superior ainda não estão preparadas para atender as necessidades educacionais específicas dos seus estudantes com TEA, apresentando maiores riscos de insucesso e abandono da universidade por parte desses estudantes”. Desta forma, a evasão de universitários neuroatípicos deve ser vista como uma consequência do sistema educacional, e não como uma falha individual.

Análise do Design das Estratégias Pedagógicas

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior demanda não apenas políticas institucionais inclusivas e estruturas físicas preparadas e condizentes, mas também adoção e aplicação de um design pedagógico individual que favoreçam o aprendizado, a permanência e o bem-estar de alunos neuroatípicos.

Essas pessoas possuem características cognitivas que influenciam como aprendem, interagem e processam informações, exigindo um olhar mais atento para suas necessidades. A ergonomia cognitiva, que foca na otimização da relação entre o ser humano e os sistemas que utiliza, surge como uma abordagem teórica relevante para ajustar o ambiente educacional [...]. (Fernandes e Vieira, 2025, p. 1)

Neste contexto, torna-se essencial discutir abordagens pedagógicas, levando em conta o perfil cognitivo de cada estudante. Uma das estratégias que tem ganhado visibilidade é o Plano Educacional Individualizado (PEI), que tem se consolidado como uma estratégia pedagógica eficaz para garantir um ensinamento condizente, que parte do princípio de que cada estudante possui diferentes características cognitivas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Sorocaba (IFSP Sorocaba) apresenta o PEI, feito com o auxílio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que é o núcleo de apoio presente nos Institutos Federais:

O Plano Educacional Individualizado, mais conhecido pela sigla PEI, é um documento elaborado pelo professor a partir de uma avaliação de um aluno com necessidade educacional específica. Essa avaliação será feita pelo professor com a colaboração do NAPNE e da CSP [...] Cada aluno é único e aprende, portanto, de maneira diferente, e o PEI visa registrar esse caráter individual de cada aluno para que, usando estratégias adequadas, ele possa aprender, assim como os outros estudantes. (IFSP, 2017)

A concepção do design dessa metodologia tem se consolidado como eficaz para melhorar o aprendizado de neurodivergentes, especialmente relevante no caso de alunos com autismo, cujo perfis cognitivos variam entre cada ser. Uma análise conceitual do PEI é feito por Silva e Schmidt (2019) a partir da construção histórica, sua base legal e seu papel como estratégia pedagógica para a inclusão escolar de alunos com TEA. Analisando a legislação, chegam na seguinte conclusão:

[...] há uma determinação sobre a necessidade de planejamento das ações pedagógicas na inclusão, porém, observa-se uma lacuna quanto à normatização do emprego de metodologias específicas. Tal lacuna pode manter a precariedade dos recursos técnicos, implementados pelas escolas, para a minimização das barreiras à participação e aprendizagem de todos os alunos. É justamente neste espaço que o PEI ganha relevo, enquanto metodologia específica. (Silva e Schmidt, 2019, p. 107)

Também é encontrado um estudo sobre a inclusão de alunos com autismo, que nos mostra consequências da falta de apoio educacional em autistas e acabam sendo prejudicados por uma didática arcaica e padronizada.

Os resultados mostraram que a participação e aprendizagem estavam especialmente fragilizadas, com relato sobre atividades dos alunos autistas predominantemente solitárias, com pouca participação junto ao grupo de colegas (participação) e, principalmente, o não acompanhamento das aprendizagens previstas [...]. As possíveis causas para esse fenômeno – a falta de aderência pedagogia dos autistas. (Silva e Schmidt, 2019, p. 117)

Desta forma, é evidente a necessidade de rever como a instituição acolhe estudantes com TEA, especialmente no suporte e adaptação para garantir sua participação. Nesse sentido, Oliveira (2024), atual coordenadora do curso bacharelado em Design Gráfico do IFFLU campus Campos Centro, contribui com uma dissertação sobre diferentes tipos de avaliação em um curso criativo. O método avaliativo desse curso de design gráfico é baseado em projetos, “[...] identificou-se que a avaliação formativa e a avaliação mediadora apresentam características particularmente adequadas para enfatizar o processo de aprendizagem. Essas abordagens permitem ajustar-se às necessidades individuais de cada estudante durante as diversas fases da prática pedagógica. Além dessa abordagem formativa já está prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Design.” (p. 150)

Em complemento, Battistello, Martins e Lisboa (2024) analisam o uso do PEI para inclusão de alunos autistas em sala de aula, destacando que “Os estudos analisados indicam que o conceito do PEI ainda é recente no panorama brasileiro e, embora tenha amparo em políticas públicas educacionais, ainda é pouco utilizado nas escolas. [...] sua estrutura também não é padronizada” (p. 1), sendo necessário um estudo aprofundado sobre o PEI.

Além dos obstáculos técnicos que envolvem a elaboração de um design de método de plano educacional individualizado, os autores também citam a importância de diferentes setores, incluindo âmbitos pessoais, acompanharem o estudante com transtorno do espectro autista, como a família, equipe pedagógica e profissionais de saúde. “[...] na educação inclusiva, há instrumentos eficazes para realizar a avaliação, ela pode compreender desde os apontamentos da família ao responderem uma entrevista ou uma anamnese (história de vida), até mesmo os recursos pedagógicos que o professor utiliza em sala de aula” (Battistello, Martins e Lisboa, 2024, p. 15). Com isso, notamos o quão essencial é a participação da família e dos professores, que trazem um ponto de vista que é formado desde a infância do indivíduo. “Essa rede interprofissional torna-se essencial pois, são diferentes olhares que trazem informações relevantes, porém, não são, comumente integradas, no caso brasileiro.” (Battistello, Martins e Lisboa, 2024, p. 13).

Resultados e Discussão

A falta de um design de educação inclusiva e da integração entre os pilares do ensino de um aluno com TEA pode comprometer a eficácia do PEI no ensino superior, onde a complexidade das demandas acadêmicas aumenta e passa a exigir mais do estudante. Neste contexto, Battistello, Martins e Lisboa (2024) reforçam que a avaliação e o propósito do PEI é para um acompanhamento do percurso da vida da pessoa com autismo, que traça metas específicas, visando fornecer mudanças para um percurso favorável para máximo aproveitamento de seu desenvolvimento e potencial, apesar das dificuldades presentes no transtorno do espectro autista (p.14).

Para aprofundar a compreensão do PEI, as autoras Valadão e Mendes (2018, p. 1) fazem um panorama histórico desde método pedagógico utilizando modelos de execução em diversos países, como França, Estados Unidos, Itália, além do Brasil. Essa abordagem comparativa nos permite identificar elementos eficazes e não eficazes em cada situação, para sabermos o que almejar para fortalecer o design do Plano Educacional Individualizado para estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior. No modelo francês, o PEI alcança uma abrangência além dos limites escolares, o que pode ser presente em toda trajetória de vida da pessoa com TEA.

Os EUA e a Itália adotam o PEI como algo exclusivo da escola. Ambos os países se diferem do Brasil, que não garante que estudantes tenham um plano de ensino que considera suas individualidades e dificuldades (Valadão e Mendes, 2018, p. 1). Essa ausência de consideração individual faz com que, na prática, muitos planos permaneçam restritos às ações dos Núcleos de Apoio e alguns professores, sem contemplar as especificidades cognitivas e sociais dos estudantes com TEA. Como consequência, a elaboração do PEI nas universidades tende a reproduzir uma lógica padronizada, incapaz de promover as adaptações necessárias para assegurar a plena participação e o desenvolvimento acadêmico desses alunos neurodivergentes. No contexto do ensino superior, essa padronização se torna crítica pelo aumento de carga de responsabilidade, sendo necessário reposicionar a aplicação do design educacional PEI para atender essas demandas específicas, se diferenciando na natureza e extensão dos objetivos.

Segundo Valadão e Mendes (2018), o PEI funciona simultaneamente como um “documento redigido, uma espécie de contrato, que descreve o programa educacional em termos de serviços demanda dos por um estudante em particular” (2018, p. 10) e como um “registro das diferenciações individualizadas necessárias para ajudar o estudante a alcançar expectativas de aprendizagem” (2018, p. 11). Para o Ensino Superior, isso implica: definições de metas vinculadas em marcos acadêmicos de curto, médio e longo prazo, como o TCC; Constituição de equipes multidisciplinares orientadas para o TEA, que assegurem o acompanhamento contínuo; Monitoramento sistemático, registrando progressos em atividades acadêmicas, sociais e autônomas; Transição acompanhada para a vida adulta e profissional, inspirada no modelo PEI da França, que foi instituído em 2005 e aplicado em 2006, garantindo suporte na transição da universidade para o mercado.

Essas adaptações fortalecem o método de design instrucional PEI, trazendo uma ferramenta dinâmica capaz de atender as necessidades específicas cognitivas, sociais e profissionais de alunos dentro do espectro autista. Valadão e Mendes destacam o plano educacional individualizado francês: “Desse modo, o modelo francês é o que tem, em teoria, maior abrangência, englobando todo o ciclo vital e não sendo apenas restrito à faixa etária da escolaridade obrigatória, além de prever suportes para fora da escola e estendidos para a vida na comunidade. Assim, crianças e jovens em processo de escolarização podem se beneficiar de aporte financeiro para apoiar diretamente o processo de escolarização” (2018 p. 9).

Em contraste com a França, o Brasil carece de garantias e suporte legal para o PEI, e na falta disso, e de estudos sobre seus benefícios no ensino superior brasileiro, essa investigação teve de ser realizada em países que já possuíam essa prática (Valadão & Mendes 2018, p.13). Essa carência normativa e operacional expõe o completo despreparo das instituições brasileiras, que não dispõem de diretrizes claras ou padronizadas para a implementação do PEI no Ensino Superior, além da subestimação do profissional designer instrucional e da ergonomia cognitiva, resultando em práticas discrepantes entre cursos e sobrecarregando, novamente, o próprio estudante com a tarefa de reivindicar e gerenciar suas adaptações.

Assim, o PEI se apresenta como um design de educação concreto e com potencial para a inclusão e prática pedagógica efetiva, porém ainda necessita de estudos e padronizações para aplicação escolar brasileira. Sua implementação em universidades pode transformar a diversidade em um princípio da pedagogia contemporânea.

Considerações Finais

A análise das falhas institucionais no ensino superior revela que há uma lacuna significativa entre o que é previsto em propostas de leis e departamentos de inclusão e a prática real. Notamos o potencial do PEI, que pode contemplar alunos neurodivergentes com uma proposta de ensino que busca adequar cada experiência acadêmica de aprendizado conforme a necessidade especial, entretanto, o atual cenário do Brasil ainda atribui aos próprios estudantes a responsabilidade de lutar por adaptações feitas por conta própria, o que intensifica a sobrecarga emocional e compromete sua permanência no ensino superior. Contudo, para que isso se concretize, é fundamental que haja um investimento na pesquisa e no desenvolvimento sobre o Plano Educacional Individualizado, explorando seu potencial como uma ferramenta para o design pedagógico centrado na inclusão. Compreender os diferentes perfis cognitivos e considerar relatos desses estudantes é um pequeno passo para reavaliar o padrão pedagógico e o modo como a inclusão tem sido praticada em contextos no ensino superior, ampliando o debate sobre o suporte acadêmico e psicossocial em universidades.

Referências

BARBOSA, Heloisa Fonseca; GOMES, Adriana Leite Limaverde. A inclusão de pessoas com autismo no ensino superior: percepções discentes sobre o ingresso à universidade. 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA11_ID7937_14082019172218.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BATTISTELLO, Viviane Cristina de Mattos; LISBOA, Elise Ribas; MARTINS, Rosemari Lorenz. INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO EM SALA DE AULA E O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI). *Linguagens, Educação e Sociedade*, [S. l.], v. 28, n. 57, p. 1–23, 2024. DOI: 10.26694/rles.v28i57.4334. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4334>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de

11 de dezembro de 1990. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033668/lei-12764-12>>. Acesso em: 27 maio. 2025.

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 27 maio 2025.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Sucesso acadêmico de estudantes egressos com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior público brasileiro. 2024. Disponível em: <https://www.ualg.pt/sites/default/files/inline-files/livro-de-atas_-_ivcidhei_-_versao-provisoria.pdf#page=21>. Acesso em: 8 abr. 2025.

COSTA, D. DA S.; SCHMIDT, C. Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo: uma análise conceitual. Cadernos de Educação, n. 61, 24 set. 2019. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/12616>>. Acesso em 17 jul. 2025

COSTA, Silvia Villalba; MARCHEZI, Andressa Almeida; OLIVEIRA, Maria Júlia de; BATISTA, Fábio Henrique. Desafios de estudantes neurodivergentes no ensino superior. Revista do CROMG, Belo Horizonte, v. 23, 12 dez. 2024. Disponível em: <<https://revista.cromg.org.br/index.php/rcromg/article/view/652/340>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

FERNANDES, Gabriel; VIEIRA, Leandro. Abordagem sobre Ergonomia Cognitiva e Andragogia para Inclusão de Neurodivergentes Universitários. Trabalho apresentado no Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica (CONFICT), 2025. Disponível em: <<https://static.even3.com/processos/ee47155d8b2440dca45a.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Sorocaba. Plano Educacional Individualizado – NAPNE. Sorocaba: IFSP, 2017. Disponível em: <<https://sor.ifsp.edu.br/index.php/ultimos/87-artigos-arquivados/655-plano-educacional-individualizado-napne>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM DESIGN GRÁFICO: O desafio do processo avaliativo em áreas criativas. 2024. Disponível em: <<http://bd.centro.iff.edu.br/jspui/handle/123456789/4622>>. Acesso em: 19 jul. 2025

SILVA, Kleyton José da; ROAZZI, Antonio; SAVOLDI, Robson; NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros do. Habilidades sociais no ensino superior: evidências em estudantes universitários neurodivergentes e neurotípicos. Revista AMAzônica, 2 jan. 2025. Disponível em:

<<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/17530>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

VALADÃO, Gabriela Tannús; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, v. 23, e230076, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdHJSg/#>>. Acesso em: 17 jul. 2025.